Publicado em 05/09/2025 - 11:59

CREA-RJ alerta: quedas em calçadas elevam custos na saúde pública do Rio

Em audiência na Câmara, presidente do CREA-RJ afirmou que acidentes em calçadas geram altos custos à saúde pública. Vereador Pedro Duarte apresentou dados de 35 mil pedidos de reparos desde 2023.

As calçadas do Rio de Janeiro voltaram ao centro do debate público. Durante audiência realizada pela Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal, o presidente do CREA-RJ, engenheiro Miguel Fernández, destacou que os acidentes em calçadas representam hoje um dos maiores custos indiretos para a saúde pública, reforçando a necessidade de mobilização do poder público e da sociedade.

Graduado e mestre pela UFRJ, Fernández afirmou que o modelo de calçamento em pedras portuguesas é o mais caro e o que mais oferece risco à população carioca. O engenheiro lembrou que até em Lisboa, berço desse tipo de pavimento, o material está sendo substituído por opções mais seguras e baratas. A posição foi reforçada pelo português Carlos Molina, presidente do Conselho Empresarial do Ecossistema da Longevidade da Associação Comercial do Rio.

Molina defendeu a aprovação de uma lei que padronize as calçadas da cidade e sugeriu a obrigatoriedade do registro de quedas em UPAs e hospitais. Já o vereador Pedro Duarte (Novo), presidente da Comissão, apresentou levantamento feito junto ao 1746 da prefeitura: entre janeiro de 2023 e junho de 2024 foram mais de 35 mil pedidos de reparos em calçadas, com a Zona Norte liderando as queixas. Duarte ainda lembrou do concurso feito nas redes para eleger a pior calçada da cidade: a campeã foi a Rua Mário Piragibe, em Lins de Vasconcelos, seguida da Estrada do Barro Vermelho, em Colégio, e da Rua Cosme Velho, na Zona Sul.

“É crescente a denúncia do mau estado de conservação das calçadas do Rio, como a falta de acessibilidade e acidentes causados por buracos e obstáculos”, afirmou Duarte, destacando que existem mais de 20 normas sobre o tema, mas a dúvida sobre quem deve arcar com a manutenção — se o poder público ou o proprietário do imóvel — ainda é um entrave.

Fernández defendeu mudanças na legislação e a criação de um sistema unificado para registrar as intervenções de concessionárias no subsolo, reduzindo o impacto de obras na qualidade das calçadas e vias. Ele também elogiou o programa Calçada Acessível, da Firjan, implantado em 50 municípios, e lembrou o exemplo de Teresópolis, onde pisos intertravados com faixa tátil amarela melhoraram a mobilidade de pessoas com deficiência.

A arquiteta Regina Cohen, ex-conselheira do CAU-RJ, reforçou que a falta de acessibilidade é um dos maiores problemas da cidade e criticou leis municipais que autorizaram bares e restaurantes a ocuparem calçadas. O arquiteto Sérgio Magalhães foi além e condenou a ocupação indiscriminada: “Os bares e restaurantes não podem ocupar tudo como estão ocupando”, afirmou, sob aplausos do público.

Além de Fernández, Molina e Duarte, participaram ainda o arquiteto e urbanista Luiz Gustavo Tavares Guimarães, da Firjan; o arquiteto Carlos Abreu, vice-presidente do CAU-RJ; e o professor da UFRJ, Sérgio Magalhães.

https://diariodorio.com/crea-rj-alerta-quedas-em-calcadas-elevam-custos-na-saude-publica-do-rio/

Veículo: Online -> Site -> Site Diário do Rio/RJ

Copyright © Clipclap 2026.